

# **A DINAMICA DA PAISAGEM E A PERCEPÇÃO AMBIENTAL DOS HABITANTES DO ENTORNO DO PARQUE ESTADUAL DA FONTE GRANDE–VITÓRIA-BRASIL**

## **Antonia Brito Rodrigues Frattolillo**

Profª do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo  
Rua Sagrado Coração de Maria nº70/307-Praia do Canto-Vitória-29.055770-ES-Brasil  
e-mail: britoantonia@hotmail.com

## **Daniele Izidoro Araújo Freitas**

Aluna do curso de Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo  
danieleizidoro@hotmail.com

## **Mariana Ceolin Mattos**

Aluna do curso de Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo  
maryceolin@hotmail.com

## **Introdução**

A cidade de Vitória tem assistido uma intensa ocupação desordenada de suas encostas. A parte insular do município domina a unidade geomorfológica do Maciço Central que devido as fortes pressões demográficas na década 60 e 70, teve a vegetal original dos seus morros-Mata Atlântica, substituída por habitações, espalhadas desde o bairro Santo Antonio até Fradinhos.

O maciço Central constitui-se a maior unidade de Conservação do Município, com uma extensão de 1.100 ha., incluindo o Parque Estadual da Fonte Grande, Parque Municipal da Gruta da Onça, Reserva Ecológica Municipal Pedra dos Olhos e Parque Municipal de Tabuazeiro.

A forma de ocupação desordenada da Área de Proteção Ambiental do Maciço Central se alastra, tanto nos fundos de vales do maciço, até áreas acima dos limites dos Parques, distribuídas em 18 bairros, sendo a maioria composta por ocupações irregulares em encostas sujeitas os riscos de acidentes geológicos, representados principalmente por deslizamentos e movimentos de blocos rochosos.

Este processo de expansão tem levado contingentes populacionais favelizados a construir suas moradias sem obedecer qualquer padrão técnico ou de segurança, sem um mínimo de infra-estrutura e ordenação do espaço ocupado, além da ausência de atividades compatíveis com a preservação do meio ambiente local. Assim sendo, as

ações impactantes decorrentes das incongruências e das incompatibilidades entre o meio físico e a ocupação, provocam a degradação do meio natural e são capazes de ampliar, acelerar e até mesmo induzir processos geomorfológicos e geológicos de diversos graus de risco, dando origem a catástrofes que, infelizmente já se incorporaram ao cotidiano da cidade.

Paradoxalmente, muitas dessas áreas apresentam um forte potencial para atividades de ecoturismo, particularmente aquelas legalmente protegidas, ainda muito pouco explorada na região, como é o caso do Parque Estadual da Fonte Grande que abriga os últimos representantes da fauna e flora remanescente da Mata Atlântica. O Parque, que possui uma área de 260 hectares, é rodeado por uma grande população que se divide entre os morros da Fonte Grande, Mulundú, Santa Clara, Pedra do Vigia, Bastos e Pedra dos Olhos.

O presente trabalho objetiva avaliar a dinâmica da paisagem do ecossistema Mata Atlântica no Maciço Central e entender como os habitantes do entorno do Parque Estadual da Fonte Grande percebem e se envolvem afetivamente com a conservação de uma unidade de conservação urbana.

## **A Mata Atlântica no Espírito Santo**

O Estado do Espírito Santo possuía quase 90% de sua superfície coberta por Mata Atlântica, sendo o restante ocupado por ecossistemas associados, como brejos, restingas, mangues, campos de altitude e campos rupestres (Fundação SOS Mata Atlântica *et al.*, 1993), considerados como ecossistemas a ela associados.

Em 1503, foi fundado o primeiro vilarejo no Estado, no atual município de Vila Velha. A derrubada de florestas para formação de roças e retirada de lenha contribuiu para o processo de degradação da Mata Atlântica que foi intensificado com a extração indiscriminada de madeira de lei. Porém a ocupação do território capixaba se deu de forma lenta. Até 1888, apenas 15,4% do território eram ocupados. Esta ocupação se limitava ao litoral, cujos principais núcleos eram, ao norte, São Mateus e ao sul, Nova Almeida, Guarapari, Benevente e Itapemirim. Nestes últimos, a principal atividade

econômica era a produção de cana-de-açúcar, enquanto que o norte do Estado era voltado para a produção de farinha de mandioca para exportação.

A partir da segunda metade do século XIX, teve início a ocupação da região central do Estado pelos primeiros imigrantes italianos e alemães, com conseqüente devastação da cobertura florestal primitiva. O interior do estado, no entanto, não sofreu essa intervenção devida principalmente ao interesse de se manter uma barreira natural protetora para as zonas ricas em ouro de Minas Gerais.

Entre os anos de 1920 e 1950 novos imigrantes europeus chegavam ao Estado e recebiam do governo glebas de 30 ha. para implantação da cultura do café, assim, novas derrubadas de florestas foram realizadas, já que as terras, nessa época, eram tratadas como “produto descartável”, pois quando se esgotavam eram substituídas por pastagens ou eram abandonadas.

Como conseqüência, houve devastação da cobertura vegetal primitiva de grande parte das terras do Estado e utilização predatória dos recursos naturais, causados principalmente pela falta de técnicas apropriadas.

A partir de 1928, a região norte, poupada da devastação no início da colonização, finalmente foi ocupada devido à construção da ponte sobre o rio Doce, em Colatina. Esta obra foi a responsável pelo rompimento da barreira natural e através dela a região foi ocupada por pequenas propriedades baseada na cultura do café, produção de alimentos e extração madeireira.

A partir de 1958, o processo de desmatamento intensificou-se em função do início do processo de industrialização do Estado e da crise cafeeira internacional.

Em função desta crise, o governo federal promoveu a erradicação de 53% dos cafezais do Espírito Santo, que ocupavam 71% da área total cultivada, reduzindo as florestas a 30% da cobertura original (Gomes, 1999; Comissão coordenadora do relatório estadual sobre meio ambiente e desenvolvimento, 1992 apud Conservação da Mata Atlântica no Estado do Espírito Santo: Cobertura florestal e unidades de conservação, IPEMA/2005).

Nos anos 70, o Estado passa por um novo e intenso surto industrial e passa a fazer parte do processo de expansão da economia brasileira através da implantação de grandes projetos industriais como a Aracruz Celulose, Companhia Siderúrgica de

Tubarão, Usina de Pelotização e Petrobras, que aceleraram o processo de urbanização e de concentração populacional na capital, agravando o quadro de destruição dos remanescentes florestais, principalmente em função da demanda energética.

Na mesma década o eucalipto, passou a ocupar significativas parcelas de terra na região das bacias dos rios São Mateus, Barra Seca e Itaú nas, onde inclusive áreas de floresta nativa foram substituídas por grandes extensões de plantações homogêneas.

Nos anos 80, novamente ocorre o crescimento dos desmatamentos para plantação de café em função da alta dos preços, sendo que posteriormente, com a sucessiva queda de preço essas terras são igualmente abandonadas.

Outro fator que contribuiu para a perda da cobertura florestal, nesta década, foi a demanda energética para suprir a expansão dos setores residencial, agropecuário e industrial (siderúrgico) o que gerou uma equivalência em área desmatada superior à média de 30.000 ha./ ano (Tabela 1).

Tabela 1 – Equivalência em área desmatada para atendimento energético, 1980-1988.

Ano	Desmatamento total (ha)	Desmatamento autorizado (ha)
1980	31.689	5.184
1981	27.467	6.534
1982	28.539	6.253
1983	33.786	4.036
1984	32.603	5.066
1985	32.618	5.663
1986	34.723	2.423
1987	40.096	411
1988	41.300	600
Total	302.821	36.170

Fonte: Vale *et al.*, 1989 apud, Conservação da Mata Atlântica no Estado do Espírito Santo: Cobertura florestal e unidades de conservação, IPEMA/ 2005.

De 1985 a 1990, o Estado perdeu 19.212 ha. dos remanescentes florestais, equivalente a 4,56% do total existente em 1985. De 1990 a 1995, o Estado perdeu 34.547 ha., o equivalente a 7,84% do que havia em 1990, representando quase o dobro do desmatamento ocorrido no período anterior (Fundação SOS Mata Atlântica *et al.*, 1998 apud Conservação da Mata Atlântica no Estado do Espírito Santo: Cobertura florestal e unidades de conservação, IPEMA/ 2005).

Até 1995, os remanescentes no Estado, incluindo formações secundárias e bastante degradados, totalizavam apenas 406.007 ha., ou seja, 8,9% da cobertura florestal original. (Fundação SOS Mata Atlântica *et al.*, 1998 apud da Mata Atlântica no Estado do Espírito Santo: Cobertura florestal e unidades de conservação, IPEMA/ 2005).

O Maciço Central está inscrito na Mata Atlântica, este fato é relevante ao considerar todos os impactos e devastações decorrentes na sua vegetação e ao motivo e necessidade de criação do Parque da Fonte Grande com intuito de não aumentar a perda florestal.

### **A Percepção Ambiental dos habitantes do Parque**

Os estudos de percepção ambiental na história do pensamento geográfico se originaram, segundo Amorim Filho (1996), das reflexões de Carl Sauer em 1925, o qual aponta como um dos principais temas da atividade geográfica o estudo diferenciado das áreas e das paisagens percebidas e vividas pelos homens. No final dos anos 60 do século XX, os estudos de percepção ambiental são introduzidos em um movimento nomeado de “geografia humanística”, onde as noções de mundo vivido e de intencionalidade passam a fazer parte de uma nova forma de se pensar a Geografia, sob forte influência fenomenológica e existencialista. Estudiosos da área geográfica, principalmente, passam a considerar em suas pesquisas aspectos relativos à percepção, valores e representações humanas no contato com o espaço, contrapondo-se à quantificação, racionalização e sistematização da corrente neopositivista (Amorim Filho, 1996). Durante a década de 70, uma série de estudos do ambiente humano consolida-se quando da criação do Grupo de Trabalho sobre a Percepção do Meio Ambiente, pela União Geográfica Internacional (UGI), e do Projeto 13: Percepção da

Qualidade Ambiental, no Programa Homem e Biosfera, da UNESCO (Amorim Filho, 1996). Desde então, vários autores em diversos países, têm se dedicado a estudos sobre percepção ambiental, destacando-se os trabalhos de Cerasi (1970), Lynch (1980), Tuan (1980; 1983). No Brasil, destacam-se Oliveira (1977; 1996; 2001), Bley (1982; 1996), Amorim Filho (1996), Del Rio (1991; 1996), Jesus (1993), Machado (1988; 1996), Santos *et al* (1996), entre outros.

Na relação entre a percepção humana e o meio ambiente os elementos físicos, sociais, psicológicos e imaginários fazem parte da construção do espaço. Nas obras de Tuan, *Topofilia* (1980) e *Espaço e Lugar* (1983), por exemplo, o autor reconhece a influência desses elementos nas percepções ambientais de habitantes oriundos de diversas regiões e culturas, denotando as peculiaridades dessas diferenças. No campo da sociologia, Durkheim (1968) demonstra que as culturas apresentam diferenças nos significados básicos das categorias da intuição e do entendimento. Argumenta que é no processo de socialização do indivíduo em seus variados grupos sociais que são construídos as concepções de gênero e espaço, entre outras. Podendo existir diferentes percepções num mesmo espaço.

Para Tuan (1980) topofilia e topofobia significam respectivamente a afetividade e a aversão ao ambiente por parte da população. Relph (1979) esclarece que, quando as experiências com espaços ou lugares são positivas e agradáveis, podem ser consideradas experiências de topofilia, enquanto que, quando são repulsivas, desagradáveis e negativas elas são experiências topofóbicas.

Em seus estudos envolvendo as percepções de diferentes grupos sobre a serra do Mar, Machado (1996), atenta às manifestações topofílicas, nota que enquanto para os técnicos ambientais e pesquisadores as representações são de ordens conceituais e comprometidas com a objetividade científica (paisagem não vivida), na fala dos moradores, o mesmo ambiente é carregado de valores afetivos (*“melhor lugar do mundo, um paraíso”*: 119) e dissociado de seu cotidiano e familiaridade (paisagem vivida).

A paisagem é delineada em função do ponto de vista de quem a observa, revelando uma experiência onde o sujeito e o objeto são inseparáveis, uma vez que o sujeito faz parte da paisagem e esta é constituída por ele (Collot, 1986). O homem percebe e

vivência a paisagem, subjetiva e afetivamente, atribuindo a ela significados, valores, símbolos e mitos.

Assim, o estudo da percepção ambiental é de fundamental importância para que possamos compreender melhor as relações entre o homem e o ambiente, suas expectativas, (in) satisfações e julgamentos.

Diversas são as formas de se estudar a percepção ambiental: questionários, representação fotográfica, desenhos, etc.

A importância da pesquisa em Percepção Ambiental para o planejamento do ambiente foi ressaltada na proposição da UNESCO (1973), que *"uma das dificuldades para a proteção dos ambientes naturais está na existência de diferenças nas percepções dos valores e da importância dos mesmos entre os indivíduos de culturas diferentes ou de grupos sócio-econômicos que desempenham funções distintas, no plano social, nesses ambientes"*.

Dentro desta conjuntura o termo *"Percepção Ambiental"* está sendo usado no sentido amplo de *"uma tomada de consciência do ambiente pelo homem"*.

No Brasil, a maior parte das Unidades de Conservação, sejam elas de Proteção Integral ou de Uso Sustentável, possuem população vivendo bem próximo a Unidade ou até mesmo dentro dela. E no Parque da Fonte Grande, por se localizar em área urbana, o número populacional na região de amortecimento se mostra bastante elevado e de importância.

Com a finalidade de compreender a percepção da população, que vive no entorno do Parque da Fonte Grande, em relação a essa Unidade, foram realizadas entrevistas com o apoio de um questionário na qual foram feitas perguntas a essa comunidade, que tem relação direta com o Parque, com objetivo de se buscar entender à lógica que norteia as relações dessas pessoas com os elementos naturais e a Unidade de Conservação.

Além disso, este estudo utilizou a linguagem mental dos estudantes da região representado através de desenhos elaborados por eles, no qual tentaram simbolizar nas suas obras os elementos importantes do Parque, valorizados por eles e as agressões ambientais ocorrentes no local.

A pesquisa está apoiada nas considerações de Tuan (1980) sobre as relações humanas com o meio ambiente através de suas percepções e nas considerações de Machado (1988) em sua pesquisa sobre a paisagem valorizada da serra do Mar.

### **A Percepção Ambiental dos habitantes do Parque da Fonte Grande**

Observar a interação entre homem e paisagem é de extrema importância, para se chegar à percepção ambiental dos moradores do Parque da Fonte Grande, já que o cenário é descrito estudado, vivido e experienciado (principalmente) por eles.

Existem então diferentes relacionamentos dentro da área, devido à existência de pessoas com objetivos distintos. Afinal uns utilizam a região fazendo pesquisa e outros residem no local.

A experiência traz características isoladas e comuns, aflorando sentimentos e idéias relacionadas ao espaço, acarretando significado profundo para o indivíduo. Desenvolve-se, assim, um sentimento topofílico devido à percepção e conseqüente experiência individual.

Ao realizar entrevistas com moradores do entorno do parque, tornou-se claro o direcionamento das pessoas em termos de afinidades a partir da própria vivência. Tais afinidades são notórias quando se observa frases e palavras carinhosas ou específicas daquela comunidade:

*“É muito bom viver aqui, porque a poluição quase não existe”.* (Dona Penha, 54, dona de um bar dentro do local).

*“Quando jogam lixo nos cantinhos daqui, eu fico de olho e denuncio logo, até tirarem”.* (Maria da Penha, 58, aposentada).

*“É demais ir para lá, porque tem um monte de bicho legal”.* (Felipe, 10, estudante da escola municipal do bairro da Fonte Grande, expressando opinião sobre o Parque).

É importante, portanto, buscar a experiência do sujeito, para adquirir a observação enquanto pesquisador, abordando a percepção no estudo da paisagem, descobrindo a realidade do morador e suas experiências através do aprendizado e da memória.

No Parque da Fonte Grande, notou-se em gama de características em que o habitante observa os fatores de acordo como o contexto sociocultural. Há pessoas que se



interessam pelos verdes, pelas fontes de água ou até mesmo pelo mirante, ou, no caso das crianças, que acham as torres de televisão mais interessantes. É a partir destes contatos que as pessoas se apegam mais ao local, por exemplo, existem pessoas intensamente ligadas às práticas culturais como o Congo, a Capoeira e a Escola de Samba, e, são inclusive representantes diretos destas organizações. Estes fatores diferenciam a paisagem vivida da não vivida, visto que, no primeiro caso há o subjetivo prevalecendo e no segundo o objetivo e a pesquisa. A paisagem vivida apresenta um laço afetivo entre o indivíduo e a paisagem, tornando esta um lugar essencial para se viver, assim como afirmou Dona Maria da Penha, 54 anos, proprietária de um bar no topo do parque, “aqui é mais arejado, não tem tanta poluição, tem tudo o que eu preciso, das plantinhas, ervas e é muito tranquilo também”. Mas, há técnicos e legislações que identificam o parque apenas como área de uso sustentável e não levam em consideração as afinidades da população com o lugar, e ainda os cuidados que esta mantém. Mostra-se, então, a diferença de identidade que pode ser encontrada no parque entre quem vive e quem estuda (que utiliza fotos, imagens, etc.). Enquadram-se aí a natureza como mercadoria e o mito da intocabilidade, na qual, nota-se neste caso, por parte dos técnicos, a crença de que o parque não é tocado.

Os moradores atribuem diferentes significados para os fatores físicos do parque como relevo, clima, hidrografia e vegetação, diferentemente dos estudiosos. Dona Maria, 40 anos, quando é solicitada para descrever o parque, dizendo o que lhe é mais atraente, responde: “Os matos, os verdes, os passarinhos e macacos e as outras coisas bonitas da natureza”. Os aspectos mais relevantes para se viver por muitos anos no entorno do parque deve-se em grande maioria à “menor poluição e maior natureza” como foi confirmado com a maior parte dos moradores mais velhos que possuem uma idéia organicista do meio ambiente.

Já os mais novos acham que o parque tem a função do mobiliário urbano e quando questionados a sua visão em relação ao Parque enfatizam as praças, os mirantes, os bares, o centro de vivência, para eles o ambiente não inclui a natureza.

Alguns moradores sabem da importância de parque natural, conservação e preservação, contudo, isto não é notório para maioria, afinal, quando perguntamos à Dona Eurídice sobre Unidade de Conservação e Corredor Ecológico, ela afirma: “Eu vi

uma vez na TV, mas não consegui ver o que é”. Portanto, conclui-se que os programas do poder público não são bem divulgados para a população.

Afirmam não poder sair do local, e vêem como principal serventia do parque, a de morar. Eles próprios protegem o parque, principalmente os que estão mais próximos, nas áreas de amortecimento, justamente para que seja conservado e as futuras gerações conheçam da mesma forma o local, apesar de haverem impactos causados como o lixo e outros casos isolados. A falta de infra-estrutura básica (de saneamento) nas áreas mais altas do maciço, bem como a resistência por parte dos moradores, são fatores importantes para que a comunidade não se expanda e esse fato favorece a diminuição das agressões aos fragmentos da Mata Atlântica. Assim, pode-se citar o Projeto Terra, que já chegou à comunidade e que possui medidas que visam o deslocamento dos moradores residentes na área de amortecimento.

Existem dois fiscais do governo cuidando das áreas do parque que, contudo, devem contar com a ajuda dos habitantes e visitantes para uma atuação efetiva, que não é feita de maneira eficaz, já que nem todos os moradores e visitantes auferem grande valor ecológico à área.

Em termos econômicos, os habitantes não visam nenhuma característica específica, antes havia certa exploração madeireira, mas, com a fiscalização isto cessou ou diminuiu.

A maior parte aponta a valorização e utilização como habitação, extrativismo, águas, turismo e paisagem.

### **Construção de mapa mental**

Para a elaboração de um mapa mental, torna-se imprescindível o conhecimento e a vivência do local. Através deste tipo de material torna-se possível observar a percepção ambiental que aquela pessoa obtém de determinado local em questão. Solicitamos um desenho, no qual, incentivamos a transposição da imagem (mental) que se tinha e ou conhecia do Parque para o papel, que posteriormente seria transformado em mapa mental, das crianças residentes nos bairros de entorno do parque da Fonte Grande, que inclusive já o visitaram, diversas vezes e obtivemos como resposta uma realidade distinta da imaginada, porém comum entre elas. Os desenhos têm em semelhança os

mesmos aspectos, a Torre de televisão e o campo de futebol demonstrando ser esta à consciência que os alunos da escola municipal do Bairro têm. Em maioria, não apareceu à questão de viverem numa área de parque natural, ambiente protegido e de utilização sustentável. Somente nas conversas com elas é que percebemos a citação de conhecerem a existência de macacos, formigas e outros bichos no local. A partir disso, da história oral e de desenhos (mapa mental) nota-se que única percepção das crianças em grande número foi a de utilização do parque como lazer, o que não significa que maltratam a região. Pois adoram o parque, mesmo sem saber para quê e o porquê de sua existência.

### **Referências Bibliográficas**

AMORIM FILHO, O. B. A Evolução do pensamento geográfico e suas conseqüências sobre o ensino da Geografia. **Revista de Geografia e Ensino**. 1.ed. Belo Horizonte, 1982.

\_\_\_\_\_. **Reflexões sobre as tendências Teóricas Metodológicas da Geografia**. In: Instituto de Geociências/Universidade Federal de Minas Gerais. 2.ed. Belo Horizonte, 1985.

CAMPOS JÚNIOR, Carlos Teixeira de. **O Novo Arrabalde**. Vitória: Prefeitura Municipal de Vitória, Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, 1996.

Instituto de Pesquisa da Mata Atlântica, **CONSERVAÇÃO DA MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO: Cobertura florestal e unidades de conservação** (Programa Centros para a Conservação da Biodiversidade – Conservação Internacional do Brasil) / IPEMA. \_ Vitória – ES: IPEMA, 2005.

Consórcio Mata Atlântica, **RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA: Plano de Ação**, Vol.1/ Universidade Estadual de Campinas. Campinas – SP, 1992.

FERRARA L. D. A. **AS CIDADES ILEGÍVEIS- Percepção Ambiental e Cidadania. Percepção Ambiental: a experiência brasileira**. EdFUSCar, São Carlos, SP, 1996.

HEINSTRA, M & FARLING, C. **PSICOLOGIA AMBIENTAL**. EDUSP, 1978.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. Tradução de Maria Cristina T. Afonso. Lisboa: Ed 70, 1960.

MACHADO, L. M. P. Paisagem Valorizada: A Serra do Mar como Espaço e como Lugar. In: RIO, V. Del; OLIVEIRA, L. (Org.). In: **Percepção Ambiental – A experiência brasileira**. 2.ed. São Paulo: Studio Nobel, 1999.

\_\_\_\_\_. O Estudo da Paisagem: Uma abordagem Perceptiva. **Revista de Geografia e Ensino**. Universidade Federal de Minas Gerais/ Departamento de Geografia. 8.ed. Belo Horizonte, 1988.

OLIVEIRA, L. de. Percepção e Representação do Espaço geográfico. In: RIO, V. Del; OLIVEIRA, L. de. (Org.). **Percepção Ambiental – A experiência brasileira**. 2.ed. São Paulo: Studio Nobel, 1999.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Projeto Terra: Diagnóstico Sócio-Organizativo da Poligonal 5**. Vitória, 2001.

RIO, V. Del; OLIVEIRA, L. de. (Org.) **Percepção Ambiental – A experiência brasileira**. 2.ed. São Paulo: Studio Nobel, 1999.

TUAN, Y. **Topofilia – Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: DIFEL, 1980.